

Governo cortará Cz\$ 60 bilhões

O corte drástico dos gastos públicos. Esta é a nova palavra de ordem do governo no pós-moratória, segundo explicações fornecidas no Palácio do Planalto. Através de um projeto de lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional, o governo pretende praticamente zerar alguns subsídios explícitos existentes na economia, como os que são concedidos ao trigo, ao açúcar e ao álcool. Pretende também reduzir substancialmente os gastos fiscais onde se destacam principalmente as deduções e reduções de impostos e os incentivos fiscais. A economia de recursos poderá superar a casa de Cz\$ 60 milhões, de acordo com os primeiros cálculos.

Mas a proposta de austeridade dos gastos públicos não pára aí. Ela vai estender-se também a uma política de tarifas reais. Cada setor estatal vai cobrar, de fato, preços de mercado pelos seus produtos, e suficientes para cobrir todos os seus custos até mesmo os financeiros, com margem de lucro.

É uma política inversa àquela que chegou a ser praticada até aqui. Inicialmente, por iniciativa do então ministro da Fazenda, Francisco Dornelles que decidiu congelar os preços do setor público e, num segundo momento, pelo Plano Cruzado. O resultado final foi um aumento substancial do déficit público e a descapitalização de muitas empresas estatais.

A nova fase anunciada pelo governo, de cortes de subsídios e de



Sayad: últimos retoques

preços realistas, trará aumentos substanciais nos preços de uma série de produtos e serviços oferecidos pelo Estado. Preparem-se, portanto, para conviver com grandes aumentos nos preços de energia elétrica, aço (e todos os produtos que o utilizam como matéria-prima), correios, transporte ferroviário, derivados de petróleo, petroquímicos (a nafta, por exemplo, é altamente subsidiada) e outros.

Atualmente o governo gasta cerca de Cz\$ 42 bilhões com subsídios explícitos, Cz\$ 12 bilhões com incentivos fiscais e Cz\$ 8 bilhões com descontos e reduções de impostos considerados não essenciais. Pode economizar, portanto, Cz\$ 62 bilhões. De 1972 até o ano passado, o governo gastou, apenas com o subsídio ao trigo, US\$ 8 bilhões. São recursos que poderiam ter sido mais bem aplicados pelo próprio governo, notadamente na área social, reconhece-se no Palácio do Planalto.

Com a declaração da moratória da dívida externa o governo deu a si mesmo um prazo, não determinado, para arrumar totalmente a casa. E vai começar pelos gastos do governo. O segundo passo será a criação de mecanismos que viabilizem a retomada dos investimentos nacionais e estrangeiros no País.

Todo este plano de arrumação dos gastos públicos e de preparação para a retomada do investimento já está recebendo os toques finais, dados pelo ministro João Sayad e pelo economista Francisco Lopes.